



# Inclusão em Rede e Cidadania:

Protagonismo do  
CIEDS em Projetos  
com População  
em Situação de  
Rua no Estado  
de São Paulo





# Ficha Técnica

Diretor-Presidente

**Vandré Brilhante**

Texto

**Fábio Muller**

**Mayra Francisco Polizel**

Projeto Gráfico

**Guilherme Nascimento**

Iniciativa

**CIEDS**

## **Inclusão em Rede e Cidadania:**

Protagonismo do CIEDS em Projetos com População  
em Situação de Rua no Estado de São Paulo

Metodologias, Experiências e Resultados  
das experiências do CIEDS

Julho | 2018

# SUMÁRIO

- 7** O CIEDS
- 8** APRESENTAÇÃO
- 9** PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS DA NOSSA ATUAÇÃO
- 11** UM PANORAMA CONCEITUAL
- 12** Pobreza, desigualdade e exclusão
- 13** O processo de realização
- 15** Permanência nas ruas, integração e cidadania
- 16** POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO ESTADO DE SÃO PAULO
- 18** AS EXPERIÊNCIAS DO CIEDS COM POPULAÇÃO DE RUA NO ESTADO DE SÃO PAULO
- 18** Atenção Urbana
- 20** Escritórios de Inclusão Social – Bom Retiro e Sé
- 22** Atenção Psicossocial a famílias vítimas de chuvas em Santo André
- 22** Programa de Serviços e Atendimento Integral à Família
- 24** Plataforma dos Centros Urbanos (PCU)
- 26** Espaço de Acolhida e Fortalecimento de Vínculos Familiares
- 29** SISTEMATIZAÇÃO DA METODOLOGIA DE TRABALHO COM POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
- 32** REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



## O CIEDS

Ao longo de vinte anos, o CIEDS vem contribuindo com a construção de uma sociedade mais justa, mais democrática e mais igualitária.

O CIEDS por meio de parcerias estratégicas com governos, instituições, empresas e sociedade civil, constrói redes para a prosperidade, entendendo prosperidade como boa educação, boa alimentação, saúde e principalmente, maior confiança no futuro.

A organização cria e articula tecnologias que possibilitam políticas públicas mais efetivas e um investimento social estratégico. Suas ações concentram-se em três eixos: a) Educação e Cidadania; b) Inclusão Social e Bem-Estar; c) Empreendedorismo e Inovação Social, abordando temas como fortalecimento da educação pública, democratização da cultura, empreendedorismo juvenil, desenvolvimento comunitário e assessoria na implementação de políticas públicas socioassistenciais.

O conjunto de ações empreendidas pelo CIEDS tem gerado positivos para todos os seus públicos, contribuindo para o aumento da confiança no futuro e aumento da participação cidadã dos participantes dos programas e projetos e ainda para o fortalecimento de organizações da sociedade civil de base comunitária.

O CIEDS, Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável, fundado em 1998, é uma Instituição Social Sem Fins Lucrativos, filantrópica, signatária do Pacto Global da ONU, com status de Consultor Especial do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas – ECOSOC e membro do Grupo Consultivo da Sociedade Civil do Banco Interamericano de Desenvolvimento – ConSOC Brasil do BID. Foi eleito, em 2018, pelo prêmio TOP 500 NGOs, do NGO Advisor, a 3ª ONG mais relevante do Brasil e a 70ª do mundo.

Com foco em gestão de excelência em 20 anos de história, foram mais de 400 projetos realizados, mais de 500 mil beneficiários diretos, mais de 2.500 comunidades atendidas, mais de 10 mil funcionários e mais de 600 parceiros.

**#Redesparaaprospriedade**

## APRESENTAÇÃO

Durante toda a trajetória do CIEDS, muitos foram os desafios, as conquistas e os aprendizados. Essa publicação quer compartilhar um pouco desse caminho com aqueles que nos cercam, de modo a inspirar e contribuir com a promoção de ações que tenham como foco a população em situação de rua.

No ano em que completamos vinte anos de trajetória, também fomos eleitos para uma posição no Conselho Nacional de Assistência Social, uma honra e também um grande desafio, pois acreditamos fortemente que é necessário fortalecer a Política Nacional de Assistência Social no Brasil.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993 e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de 2005 são grandes avanços na organização e gestão da política de assistência no Brasil e tem como foco atender a todos os cidadãos a que dela necessitem. O SUAS baseia-se em um modelo integral de atenção, rompendo com uma perspectiva assistencialista, de benemerências e ações fragmentadas, ao sabor dos interesses coronelistas e eleitoreiros. O SUAS confirma a Assistência Social como Política Pública, dever do Estado e direito de todos os cidadãos e cidadãs, com a afirmação do controle social por parte da sociedade civil.

É certo que experimentamos nesses últimos vinte anos muitas evoluções, mas ainda há muito a ser feito. São milhares de pessoas que ainda vivem em situação de rua, com pouco ou nenhum acesso à direitos.

Pensar estratégias coletivas, participar dos espaços de controle social, colaborar com o Estado na implementação de ações, testar novos modelos, convocar empresas e outros atores a refletir e agir sobre esses aspectos é fundamental para de fato construirmos uma nação mais justa e mais democrática.

Essa publicação é mais um dos nossos esforços nessa trajetória, em que detalhamos nossa abordagem metodológica e algumas experiências que empreendemos no Estado de São Paulo. Com os projetos, tivemos o importante aprendizado de uma ação em rede que utilize estratégia de implementação participativa e articulada conjuntamente, impulsionando a criação de vínculos de confiança entre as populações em situação de rua, em toda sua heterogeneidade, e os atores envolvidos no processo de melhoria de suas vidas.

Esperamos, assim, estar contribuindo com o desafio de construção de uma sociedade mais justa e mais democrática.

O CIEDS acredita e advoga que garantir a confiança no futuro seja um dos valores mais importantes para o aprofundamento democrático.

O texto está dividido em quatro partes: a primeira desenvolve um alinhamento conceitual com seções sobre pobreza, desigualdade e exclusão, o processo de realização e sobre a permanência nas ruas, integração e cidadania. A segunda parte apresenta um panorama da população em situação de rua no estado de São Paulo. Já a terceira parte traz as importantes experiências do CIEDS com população de rua no estado de São Paulo. Por fim, a última parte apresenta a sistematização da metodologia de trabalho com população em situação de rua a partir dos projetos do CIEDS em São Paulo.

Sigamos juntos tecendo redes para a prosperidade.  
Boa leitura!

**Vandré Brilhante**  
Diretor Presidente

## PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS DA NOSSA ATUAÇÃO

O CIEDS promove e desenvolve soluções integradas e em redes para que territórios sejam mais inclusivos, mais educativos e mais empreendedores, ou seja, mais prósperos, onde as pessoas residentes vislumbrem e acreditem que o amanhã pode e será melhor do que o hoje.

Todas as nossas ações e projetos possuem caráter socioassistencial, são prestados de forma gratuita, continuada e planejada, para toda e qualquer pessoa, sem discriminação de etnias, gêneros, orientações sexuais, religiões, naturalidades e outras diversidades que podem se manifestar, de forma apartidária, laica e inclusiva.

Nossa metodologia baseia-se em pressupostos relacionados à confiança no futuro e nas instituições, formação de redes que fortaleçam estratégias e agendas comuns e uma ação com foco no território, destacamos que quando tratamos de territórios, estamos indo muito além das delimitações geográficas de um determinado espaço físico, mas incluindo nele, obrigatória e indissociavelmente, as relações humanas e sociais, onde se constroem a história.

Prosperidade é uma construção social que se materializa na esfera das ações humanas. É, uma noção ampla mais ampla que tem a ver com o desenvolvimento harmonioso equilibrado em um ambiente de igualdade, democracia e justiça, envolvendo: promoção da equidade e inclusão social, redução das desigualdades de aprendizagem e corresponsabilização de cada cidadão como agente da mudança.

Nas ações que empreendemos com pessoas vivendo em situação de rua estruturamos alguns pressupostos metodológicos que guiam nosso fazer:

1. Uma ação que seja feita **com os públicos e não apenas para eles**;
2. A construção e o fortalecimento de **laços de confiança** com os participantes;
3. Fortalecimento de uma **ação intersetorial** entre as políticas públicas existentes no território;
4. O **desenvolvimento humano integral**, na perspectiva da garantia de direitos fundamentais dos cidadãos, da ampliação do seu repertório sociocultural e do fortalecimento da **sua capacidade associativa, empreendedora e econômica**;
5. A atuação com **equipe multidisciplinar** com formação em diferentes campos do conhecimento, respondendo pela gestão e outros em atendimentos diretos;
6. A promoção do **engajamento cívico e cidadão** dos participantes;

7. O **envolvimento dos participantes**, dos profissionais e parceiros nas tratativas para o encontro das alternativas de solução mais adequada para as questões que surgem, que no geral são abrangentes e complexas;
8. Uma **ação integradora entre Poder Público e sociedade civil** organizada em uma perspectiva de complementariedade de estratégias e serviços;
9. A **supressão de todo e qualquer ato violento e ação vexatória**, inclusive os estigmas negativos e preconceitos sociais em relação aos públicos;
10. O **direito ao usufruto, permanência, acolhida e inserção** na cidade;
11. A **não-discriminação** por motivo de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa etária e situação migratória;
12. A compreensão do desenvolvimento como uma decorrência do **fortalecimento em rede dos atores sociais**, do incentivo ao **empoderamento** e à **autonomia** do indivíduo, do grupo, das comunidades, enfim, da sociedade.

É na tríade: confiança – territórios – redes que baseamos nosso fazer. Tendo como foco a construção de uma sociedade que seja mais justa e mais democrática, onde todos que nela habitam estejam efetivamente comprometidos com esse propósito. Uma sociedade mais educadora, mais empreendedora, mais inclusiva. Uma sociedade mais próspera.

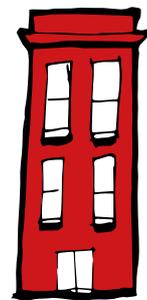
## UM PANORAMA CONCEITUAL

A sociedade contemporânea coexiste com diferentes questões sociais que são marcadas por inúmeras condições, dentre as quais: o avanço da globalização; a precarização das relações do trabalho; a modificação na fronteira entre as esferas sociais, públicas e privadas; uma forte deterioração das condições sociais, em especial na América Latina; a dificuldade no acesso ao consumo, ao crédito, à educação, à saúde e à inclusão digital; a busca da sociedade por uma nova forma de regulação das relações sociais; a reforma dos serviços públicos; dentre tantos outros. Silveira (2005) analisa que os primórdios da globalização brasileira ocorreram na década de 70, quando a modernização vira sinônimo de exportação. Nesse sentido, a autora critica o enfoque do Estado na exportação, ao invés da busca pela melhoria das condições de vida dos mais pobres. Dessa forma, ampliam-se a produção e a circulação desnecessária, bem como, aprofunda-se uma divisão do trabalho igualmente desnecessária. A autora pontua que uma das consequências desse olhar para fora e não para a realidade brasileira é a multiplicação e disseminação da pobreza nas diversas camadas sociais das regiões brasileiras.

Nessa perspectiva, a situação de rua é um fenômeno que vem sendo discutido por diversas políticas públicas (dentre elas: saúde, direitos humanos, habitação, assistência social e educação), haja vista a complexidade e a necessidade de intervenção em várias dimensões. Dessa maneira, **pessoas em situação de rua vivem com a não garantia e acesso aos direitos sociais conquistados pela Constituição Federal de 1988, tornando-se sujeitos a margem de uma sociedade excludente.**

A definição existente para a terminologia pela Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SNAS/MDS) é a seguinte:

*A população em situação de rua é um grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta, vínculos interrompidos ou fragilizados e inexistência de moradia convencional regular, sendo compelidos a utilizarem a rua como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente (Brasil, 2006, p. 07).*



No caso das crianças e adolescentes que vivem nas ruas, conforme definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), viver nas ruas representa ao Estado a falta de uma série de garantias, tais como o direito: de ter um desenvolvimento saudável (art. 7); de ser considerado em sua privacidade, autonomia e identidade (art. 17); de não estar em situação vulnerável para diversas formas de exploração, dentre elas a sexual (art. 18); à convivência familiar (art. 19); à educação (art. 53) (Brasil, 1990).

Para Bellenzani e Malfitano (2006), o fenômeno de pessoas em situação de rua pode ser observado em diversos países do mundo, sendo polissêmico e originário de múltiplas causas, tais como: as crises econômicas; a precarização das relações e condições de trabalho; e a falha dos sistemas de seguridade social em inserir os indivíduos em estruturas sociais e econômicas, acarretando em uma situação de vulnerabilidade social.

A Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009) elucida que é possível considerar que este grupo, mesmo em sua heterogeneidade, expressa algumas características em comum. As particularidades homogêneas são: **a) a vivência de um processo de desfiliação social pela ausência de trabalho assalariado e das proteções advindas deste vínculo; b) o rompimento de vínculos familiares; c) ausência de moradia convencional regular, tendo a rua como o espaço social, de moradia e sustento; e d) a pobreza (Brasil, 2008b).**

## Pobreza, desigualdade e exclusão

A pobreza é uma dimensão relevante que ocupa o centro da questão social na América Latina, uma vez que existem inúmeros esforços para definir e medir conceitualmente o termo (Kaztman, 1999). Dessa maneira, é relevante afirmar que a pobreza e a desigualdade são fenômenos distintos, ainda que associados, sendo que a própria definição da pobreza – entendida enquanto privação dos meios de sobrevivência física – recorre muitas vezes à relação que está no cerne do conceito de desigualdade: a comparação entre pobres e não pobres (Abranches, 1994).

Sposati (1998) também distingue pobreza e desigualdade, afirmando que a pobreza é geradora da própria pobreza. Enquanto pobreza está relacionada ao padrão de vida obsoleto de uma parte da sociedade (os pobres), a desigualdade diz respeito a padrões de vida relativos de toda a sociedade. De tal maneira, uma situação de desigualdade mínima – em que todos são iguais – é possível tanto com pobreza zero (situação em que ninguém é pobre), quanto com pobreza máxima (em que todos são pobres).

Vale ainda destacar a perspectiva enunciada por Amartya Sen, prêmio nobel da paz, o autor assinala que a pobreza não se refere exclusivamente a falta de renda e tampouco a incapacidade de aquisição de bens e consumos básicos para a sobrevivência, mas sim, na perspectiva destacada pelo autor, a pobreza se caracteriza pelas privações das capacidades das pessoas. Para o autor, o conceito de “potencialidades” expressa uma ideia de igualdade de oportunidades, valorizando a liberdade substantiva das pessoas para levarem a vida do jeito que quiserem e de lutarem pelo alcance dos seus objetivos (Sen, 2000)

Nesse sentido, a diferenciação de pobreza e exclusão social também é relevante para a discussão. Sposati (1998) afirma que a pobreza está relacionada com a ausência em ter algo, enquanto a exclusão alcança valores culturais e discriminações. Dessa forma, o pobre pode ser discriminado por ser pobre, mas a exclusão inclui elementos que necessariamente não passam pela pobreza, como o abandono, a perda de vínculos e o afrouxamento das relações de convívio.

A análise de Leal (2011) sobre exclusão social agrupa essa terminologia em três óticas:

1. *A primeira apresenta a exclusão social como fruto de um processo de fragilização e/ou ruptura dos laços sociais que integram as pessoas à sociedade. Escorel (1999) pactua com esta visão quando afirma que a exclusão social envolve desde trajetórias de vulnerabilidade/fragilidade até a ruptura de vínculos em cinco dimensões da existência humana em sociedade: econômico-ocupacional, sociofamiliar, da cidadania, das representações sociais e da vida humana.*

2. *A segunda ótica da exclusão social diz respeito à relação desta com a negação de direitos (sociais e humanos) ou como a não cidadania, ocasionando na dificuldade do exercício de liberdade, da cidadania e do reconhecimento do cidadão como parte integrante da sociedade.*
3. *Por fim, a terceira ótica traz a exclusão social como uma gama de privações e vulnerabilidades relacionadas com as transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas nos últimos 30 anos, relacionando-a com a perda dos padrões de proteção social, a pobreza e a falta de estabilidade para a classe trabalhadora (Leal, 2011).*

## O processo de rualização

A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua realizada em 71 municípios com mais de 300 mil habitantes, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em 2008, evidencia que de cada cem pessoas em situação de rua, 71 trabalham e 52 têm pelo menos um parente na cidade onde vivem. A pesquisa, que foi um dos subsídios mais relevantes para a formulação da Política Nacional para a População em Situação de Rua apresenta que existem três grandes razões para a ida às ruas: problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%); e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%) (Brasil, 2008a).

## RAZÕES DA IDA ÀS RUAS

■ Alcoolismo e/ ou drogas   ■ Desemprego   ■ Desavenças com familiares



Gráfico 1: Razões da ida às ruas  
Fonte: Brasil, 2008a

O problema com alcoolismo e/ou com as drogas, de acordo com Snow e Anderson (1998) tem início na residência de origem destes indivíduos: não só por eles, mas pelos seus familiares.

Quando essa pessoa permanece nas ruas, o álcool e as drogas fazem parte do cotidiano: seja como alternativa para minimizar a fome e o frio, seja como elemento de socialização entre os membros dos grupos de rua.

Em relação ao desemprego, Ferreira e Machado (2007) expõem que os indivíduos acabam por morar nas ruas quando não conseguem gerar renda suficiente para suas necessidades de moradia, sendo consequência da falta de emprego ou mesmo pela realização de trabalhos informais e/ou precários. Dessa maneira, as pessoas não possuem condições de retornar para suas casas devido as distâncias, quando ainda as têm.

Aqui, desmistifica-se a ideia de que esse retorno aos domicílios de origem seja majoritariamente às localidades mais distantes – de acordo com a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, parte considerável da população em situação de rua é originária da mesma localidade em que se encontra, ou de locais próximos. A pesquisa aponta que 76,1% dos entrevistados são originários do mesmo local em que se situam ou de locais relativamente próximos, estando no mesmo estado. Nesse sentido, refuta-se a ideia difundida que a maioria dos indivíduos em situação de rua são migrantes (Brasil, 2008a).

No caso das desavenças com os familiares, pode-se relacionar às experiências de violência que estes indivíduos passaram. A violência doméstica em suas várias formas (psicológicas, física, sexual, dentre outras) é indicada Ferreira e Machado (2007) como uma das principais causas dos indivíduos serem obrigados a irem às ruas, principalmente as direcionadas às mulheres, idosos, crianças e deficientes. Tais experiências de violência ocasionam em rompimentos familiares, que por sua vez intensificam as saídas de casa por longos períodos, ou mesmo para nunca mais retornarem.

A análise de Ferreira e Machado (2007) expõe outra causa de ida às ruas que é importante ser pontuada: **indivíduos que sofrem com doenças de difícil aceitação social por parte das famílias como a Aids, hanseníase e os diversos transtornos mentais, e mesmo as deficiências físicas e/ou mentais.** Para os autores, as famílias, quando não possuem muitos recursos para lidar com essas situações, a responsabilidade destas pessoas fica com as instituições públicas (com distribuição de medicamento e tratamento gratuitos). Porém, quando não há auxílio do poder público, a rua é o destino destes indivíduos.

A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua destaca uma das razões que não aparece nos dados estatísticos: a escolha pessoal pela rua como opção de moradia. Apesar de não ser o principal motivo de saída das residências, mesmo quando há violência sofrida dentro da moradia, há um grau de escolha própria para ir para a rua. Este pensamento está atrelado com a noção (ainda que vaga) da liberdade que a rua traz, sendo um fator determinante que explicita não apenas a saída da residência, mas também as razões de permanência na rua. Logo, o estudo aponta que após o convívio com a liberdade que a rua proporciona, muitos indivíduos se sentem pressionados a permanecer neste ambiente, ao invés da residência que habitava anteriormente, uma vez que esta é considerada, muitas vezes, perigosa e opressora (Brasil, 2008a).

Aqui, pode-se fazer um paralelo com o entendimento de liberdade para Amartya Sen e entender que a escolha pela liberdade por parte das pessoas que vão às ruas fica muito mais no campo das ideias, do que com um sentido concreto e atrelado ao entendimento do desenvolvimento pessoal do indivíduo. Sen (2000) analisa e acredita em uma liberdade em que os indivíduos possam alcançar funcionamentos que tenham razão para valorizar e que impactem positivamente em seu desenvolvimento como pessoa – perspectiva divergente do processo de realização.

Sen (2000) considera as liberdades individuais substantivas como cruciais na sociedade. Para o filósofo indiano, **liberdade é estar livre para funcionar e para realizar suas capacidades.** Como uma forma de capacidade, a liberdade pode aparecer tanto no desenvolvimento pessoal dos

indivíduos, como na participação ativa da vida em sociedade. Ou seja, **liberdade não é apenas um desejo ou uma garantia formal: é ter condições reais para eleger preferências e, efetivamente habilitar as pessoas em realizar seus propósitos.**

Além disso, a pobreza – situação presente no processo de realização – é indicada para Sen (2000) como uma das principais limitações na perspectiva do desenvolvimento como liberdade. Para o autor, a pobreza e suas conseqüentes privações retiram dos indivíduos as condições para o desenvolvimento de sua dignidade mais elementar, gerando diversas restrições: fome e a desnutrição, carência de medicamentos e vacinas, déficit habitacional, inexistência de acesso à água tratada e saneamento básico. Assim, se há restrições conseqüentes da pobreza, não há liberdade para pessoas em situação de rua.

## Permanência nas ruas, integração e cidadania

A partir de um certo tempo de permanência na rua, o indivíduo passa por uma condição crônica de que, **quanto mais tempo passa na rua, se tem a ruptura dos vínculos econômicos, sociais e culturais.** Dessa maneira, tanto pela má alimentação ou pela dependência de substâncias lícitas ou ilícitas, ocorre o desgaste físico e mental, dificultando a inserção do indivíduo no mercado de trabalho formal, além do tempo na rua complicar sua capacidade de manter relações pessoais ou familiares (Santos, 2006 apud Esquinca, 2013).

Nesse sentido, os indivíduos iniciam um processo de exclusão do resto da sociedade e se inserem em um novo grupo, uma espécie de “organização de rua”, com referências de socialização próprias. Neste grupo, observa-se os indivíduos adotarem a rua como local de moradia permanente, ganhando importância social com anos de vivência em situação de rua (Santos, 2006 apud Esquinca, 2013).

No contexto estudado, **o setor público adquire a responsabilidade de formular e implementar políticas públicas que viabilizem a transformação da população em situação de moradores de rua, de pessoas excluídas, em atores sociais ativos.** Além da criação de programas integrados e intersetoriais nos diversos níveis de governo, é responsabilidade do poder público estabelecer relações com as autoridades locais e a sociedade civil checando melhores formas de contornar a situação. Nesse sentido, destaca-se o papel das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) em atuar na reinserção social dos indivíduos. No caso do município de São Paulo, ações conjuntas entre prefeitura e OSCs foram impulsionadas a partir de 1997, com a promulgação da Lei Municipal da População de Rua (Lei nº 12.316/97) (Esquinca, 2013).

Dessa maneira, **a cidadania é uma questão necessária em ser colocada em pauta e observa-se que ela está atrelada à organização própria dos indivíduos.** O processo de construção da cidadania para a população em situação de rua teve início na década de 1960, com grupos que possuíam fins políticos comuns e ativismo político. O auge ocorreu em setembro de 2005, durante o 4º Festival Lixo e Cidadania, em que lançou-se o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), porém, sem a formalização de uma frente comum de associativismo político entre os indivíduos em situação de rua (Esquinca, 2013). Um dos ganhos mais significativos do movimento foi a inclusão de um representante do MNPR no Conselho Nacional de Assistência Social, com habilitação até a gestão 2014-2016 – mesmo conselho em que o CIEDS foi eleito para ocupar lugar na Gestão 2018-2020.

## POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO ESTADO DE SÃO PAULO

No Estado de São Paulo existem diversas iniciativas governamentais e não-governamentais para garantia de direitos à população em situação de rua. No âmbito governamental, existe a Lei Estadual nº16.544/2016, que instituiu a Política Estadual de Atenção Específica para a População em Situação de Rua no Estado de São Paulo, com ações convergentes à Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua.

Em 2016, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de São Paulo (SEDS) investiu mais de R\$ 3 milhões em serviços especializados para pessoas em situação de rua no estado de São Paulo, contando com 498 serviços socioassistenciais de atendimento a pessoas em situação de rua (dos quais 90 encontravam-se na capital e 408 localizavam-se nos demais municípios), além de 56 Centros de Referência Especializados para população em situação de Rua (Centros Pop) e 186 serviços especializados em abordagem social com essa população .

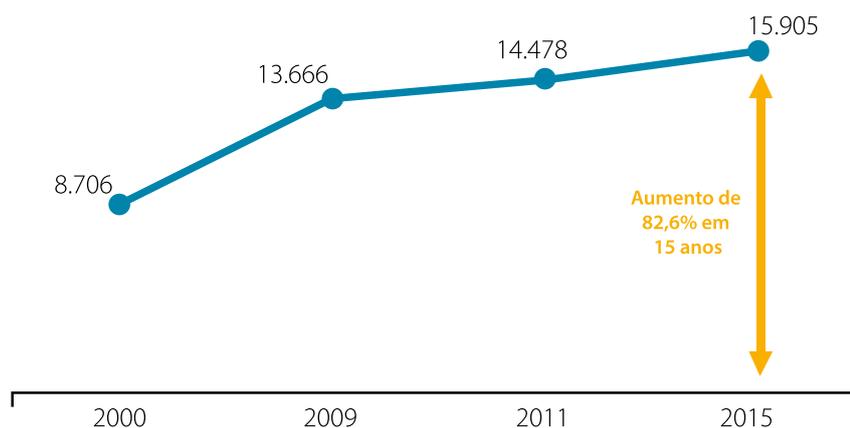
No município de São Paulo (SP) vislumbra-se que há um crescimento da população em situação de rua, exigindo atenção do governo municipal em ter **políticas públicas que atendam esses indivíduos de forma integrada, com ação intersetorial relativas à habitação, saúde, assistência social e trabalho, exigindo a atuação de várias secretarias municipais para solução deste problema.** Os programas municipais de atendimento à essa população integram o atendimento da saúde, nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) a partir de encaminhamento de assistentes sociais. O acesso à habitação e renda formam parte integrante das condições para saída das ruas, e a política de atenção ao trabalho é abordada no âmbito de cursos profissionalizantes (Pronatec). Além disso, os programas visam inserir os direitos humanos, a segurança pública e a cidadania em suas ações.

A experiência mais recente de programa de ação intersetorial com população em situação de rua que a cidade de São Paulo teve foi o De Braços Abertos (DBA). Iniciado em janeiro de 2014, o programa objetivava tratamento dos usuários de crack que se concentram na região da Luz por meio de estratégias de redução dos riscos e danos associados ao uso abusivo da substância. Com ação integrada nas Secretarias Municipais de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), de Saúde (SMS), de Segurança Urbana (SMSU) e de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SDTE), o programa oferecia hospedagem, alimentação e trabalho e não pretendia a abstinência do usuário .

Em 2015 foi lançado o último censo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), dividindo a população em situação de rua na cidade de São Paulo em duas frentes: a dos que pernoitam nas ruas e a dos procuram os centros de acolhida no período noturno.

A pesquisa indica que 15.905 pessoas pernoitam na rua ou em albergues da capital – uma população superior à de 61% das cidades no Brasil. Em 2000, início da série histórica, eram 8.706 moradores de rua. A partir disso, a população em situação de rua cresceu em ritmo acelerado: de 4,1% ao ano, enquanto a taxa da cidade foi de 0,7% (Fipe, 2015).

## POPULAÇÃO DE RUA EM SÃO PAULO



A pesquisa também demonstra que dentre as 15 mil pessoas que vivem nas ruas ou buscam abrigo, a maioria é homem e tem entre 31 e 49 anos. Além disso, 71,5% dos indivíduos se declaram não brancos (pretos, pardos, amarelos e indígenas) na região central da capital, que é a área que concentra a maior parte da população em situação de rua, com vínculo à prefeitura regional da Sé (bairros: Bela Vista, Bom Retiro, Cambuci, Consolação, Liberdade, República, Santa Cecília e Sé). A preferência, segundo o relatório, se explica porque esses são considerados locais mais seguros por essa população (Fipe, 2015).

Em média, 70% da população em situação de rua do município de São Paulo são migrantes, em sua maioria regiões Sudeste e Nordeste. Os imigrantes são minoria: 1% estão entre os que vivem nas ruas e 7%, entre os que procuram os centros de acolhimento. O censo também aponta que 27% da população em situação de rua é paulistana (Fipe, 2015). Tais dados se contrapõem à Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, que afirma que a maioria desta população não é migrante (Brasil, 2008a). Aqui, vê-se duas explicações plausíveis: o tempo de uma pesquisa para outra ser grande (sendo a nacional de 2008, e a paulistana de 2015); ou a amostra analisada em nível nacional não refletir o caso específico da cidade de São Paulo.

A maneira de conseguir renda também é apontada no censo. Dos que vivem e pernoitam nas ruas, a maioria (73,8%) declarou fazer “bicos” para conseguir a própria renda; 20,7% afirma que pede dinheiro para sobreviver e 4,8% afirmam não estar empregados. A população que utiliza os centros de acolhida apresenta emprego fixo, com ou sem registro formal (17,9%) (Fipe, 2015).

Em relação às doenças, a pesquisa aponta que quase 80% da população em situação de rua sofrem de uma ou mais doenças, sendo depressão ou “doenças dos nervos” as mais mencionadas. Além disso, os dados apontam que 90% dessa população procurou os serviços públicos de saúde em 2014. Já referente ao uso de drogas, o censo indica que o uso de drogas ilícitas e álcool é maior entre os que vivem exclusivamente nas ruas (84%) na comparação com os que recorrem a centros de acolhida (54%) (Fipe, 2015).

Dessa maneira, observa-se que **a população em situação de rua é um público significativo, tanto no estado de São Paulo, como no Brasil, que merece atenção e cuidado advindo de implementação governamental, por meio das políticas públicas, ou por meio de ações não-governamentais, em que as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) possuem atuação relevante e articulada ao setor público.** Dentre elas, está a longa e sólida trajetória do CIEDS nesta área.

# AS EXPERIÊNCIAS DO CIEDS COM POPULAÇÃO DE RUA NO ESTADO DE SÃO PAULO

A seguir, serão apresentadas 6 (seis) experiências que o Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS) realizou com população em situação de rua no Estado de São Paulo. Tais experiências objetivaram melhorar as condições de vida da população em situação de rua, diminuindo as desigualdades e a exclusão social sofrida por essa população.

Aqui, cabe ressaltar que o trabalho do CIEDS foi baseado na heterogeneidade das populações em situação de rua – e não apenas focado em uma população específica –, atuando com crianças, jovens, homens, mulheres, famílias, idosos, desempregados, saúde mental, uso abusivo de drogas, população LGBT rejeitadas por suas famílias, entre outras. Todas essas populações exigiram atenções diferenciadas e, principalmente, escuta diferenciada, em uma ação em intersetorial e em rede entre o CIEDS e diversos atores.

## Atenção Urbana

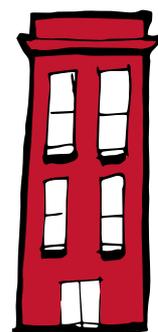
*Construindo alternativas de suporte à população em situação de rua nos grandes centros urbanos brasileiros.*



A situação da população de rua nos grandes centros urbanos guarda similaridades em todos os lugares do mundo. Esse é um fenômeno mundial em constante crescimento, que envolve as diferentes dimensões da ação pública nas cidades. A busca pelas regiões centrais dos grandes centros urbanos relaciona-se, em geral, às facilidades para viver nesses lugares, devido à grande concentração de serviços, comércios, circulação de pessoas e poucas residências. Uma população que ora é invisível, ora é inconveniente, e que muitas vezes só é merecedora de afeto no inverno quando as baixas temperaturas acendem o debate público sobre a temática.

O fenômeno está associado a um conjunto de fatores urbanos e sociais, que se interligam numa trama da complexidade das relações sociais contemporâneas, entre os quais pode-se citar: a falta de moradia, o aumento da criminalidade, o rompimento de vínculos familiares, a dependência química, transtornos mentais, o desemprego, dentre tantos outros. A população em situação de rua guarda uma imensa diversidade de indivíduos e trajetórias, entre si:

*Há o 'trecheiro' (que fica um pouco em cada lugar, logo se deslocando para outra cidade), o 'escondidinho' (egressos do sistema prisional que se misturam entre os moradores de rua para voltar a cometer ilícitudes), o 'morador em situação de rua' (que vive em albergue ou em hotel social e está no limite de ficar na rua) e, por fim, o 'morador de rua' (quem de fato vive nos logradouros da cidade, em calçadas, praças, embaixo de viadutos e pontes), para cada um deles precisa haver uma política diferenciada (Róbson César Correia de Mendonça, ex-presidente do Movimento Estadual da População em Situação de Rua).*



Importante destacar que a população que vive nas e das ruas encontra nesse espaço sua única e última possibilidade sobrevivência. **A rua é muitas vezes o último espaço possível para o último espaço da pobreza.** Ressalta-se que a falta de moradia convencional não é o único problema vivenciado por esse público, mas tal situação implica ainda em questões relativas à identidade, ao binômio saúde-doença, ao bem-estar físico e emocional, ao senso de pertença e as raízes (Hino et. al, 2018).

O Projeto Atenção Urbana foi implementado em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura da Cidade de São Paulo de 2009 a 2013. **Pautado no olhar global para o adulto em situação de rua, o projeto teve enfoque na etapa fundamental do processo de construção de um planejamento de vida fora das ruas.**

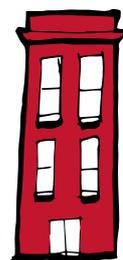
A metodologia de trabalho contemplou os eixos da educação social de rua e a processualidade do trabalho, priorizando os aspectos da história de vida, história familiar e a história institucional, consistindo, assim, em uma relação dinâmica, contínua e dialógica com este público. Foi um projeto pedagógico e norteado por uma concepção de educação social que propiciou a participação do sujeito na construção de um projeto de vida ético, político e coletivo.

*Nossa metodologia de atuação com esses públicos preconiza uma ação que seja feita com eles e não apenas para eles.*



O Projeto Atenção Urbana, inicialmente, **desenvolveu um conjunto de estratégias com foco na construção de vínculos de confiança entre as equipes técnicas e a população em situação de rua. Na sequência, foram construídos planos de desenvolvimento individual dos públicos atendidos tendo como foco os desejos emergenciais, mas vislumbrando a retomada da confiança em futuro mais digno e com maior qualidade de vida. Por fim, construímos rotinas de acompanhamento coletivo dos planos de desenvolvimento, estabelecendo novas redes de afeto e cuidado entre os próprios participantes.**

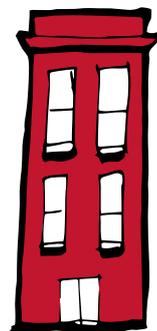
*De um total de mil pessoas que passaram pelas atividades do Atenção Urbana, pelo menos cento e quarenta já estão inseridas no mercado de trabalho, mediante a ação da Atenção Urbana (Sandra Quintas, membro da equipe técnica do Projeto na época).*



Ressalta-se ainda, dada a complexidade da questão, a importância da utilização de Rede de Serviços de Saúde, de modo que foram construídas parcerias estratégicas com alguns equipamentos do território, dentre os quais citamos: Unidade Básica de Saúde da Sé; Assistência Médica Ambulatorial da Sé; Unidade Básica de Saúde da República; Assistência Médica Ambulatorial da República. Para além de uma parceria formal, atuamos na construção de elos com as equipes desses equipamentos, promovendo oficinas formativas e de sensibilização, a fim de garantirmos que ao chegarem num dos equipamentos de saúde buscando suporte ou atendimento, recebessem acolhida e cuidado.

O projeto orquestrou uma série de estratégias na perspectiva de promover a inclusão social e cidadã desses públicos, desde questões relacionadas à registro civil, saúde, assistência social, espaços especializados em questões relativas à álcool e drogas, formação e inserção no mercado de trabalho.

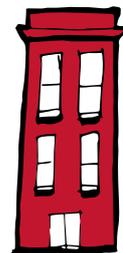
*Destaca-se ainda que as equipes técnicas encontraram, em meio as abordagens cotidianas, pessoas vindas de outros estados, em busca de oportunidades de emprego, que não obtiveram êxito em suas buscas, acabando sem condições de retornar para seus lugares de origem e tornando-se moradores em situação de rua. O Projeto conseguiu apoiar o retorno de 218 pessoas para seus estados de origem, onde muitos já eram dados como mortos por suas famílias.*



Ao longo da implementação do projeto, 140 pessoas foram inseridas no mercado de trabalho, 317 tiveram acesso à documentação civil e outras 609 foram encaminhadas à serviços especializados da rede pública.

## Escritórios de Inclusão Social – Bom Retiro e Sé

*Um conjunto de nós conectados, e cada nó, um ponto onde a curva se intercepta. Por definição, uma rede não tem centro, e ainda que alguns nós possam ser mais importantes que outros todos dependem dos demais na medida em que estão na rede.*



Nos últimos 30 anos, o Brasil experimentou um conjunto de mudanças paradigmáticas na assistência social. A Constituição Federal de 1988 inaugurou um novo conceito de família, que é baseado no afeto, na solidariedade entre os seus membros e no compartilhamento de projetos de vida. A Lei Orgânica da Assistência Social apresentou em 1993 um novo modelo de assistência social como uma Política de Proteção Social que, em 2005, se materializou em todo o país por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A implementação dos Escritórios de Inclusão Social objetivou a contribuição ao acesso à cidadania e ao bem-estar da população em situação dos bairros do Bom Retiro e da Sé em seus aspectos culturais, funcionais, sociais e econômico ao cadastrar e monitorar 2.100 famílias que viviam em situação de alta vulnerabilidade social das regiões de abrangência, que poderiam deixar seus domicílios e tornarem-se parte da população em situação de rua em qualquer momento.

Financiado com recursos da União Europeia e em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura da Cidade de São Paulo, o projeto ofertava cursos de capacitação e oficinas para geração de renda, realização de reuniões socioeducativas e fomentava a criação de um fórum de inclusão social e desenvolvimento local.

Os resultados do projeto apresentaram números bastante expressivos: na sua execução, entre 2008 e 2009, 2.280 famílias que viviam em situação de alta vulnerabilidade social foram cadastradas e monitoradas pelo período de vinte e quatro meses. Além disso, foram realizadas aproximadamente 5.000 visitas domiciliares, e mais de 500 pessoas tiveram oportunidades de participarem de oficinas e cursos de formação profissional. Ressalta-se que por meio dessas ações, nenhum membro das famílias monitoradas saiu de suas casas para o processo de realização.

O pressuposto do desenho dessa **ação partiu do princípio de que a confluência de diferentes pontos de vistas e múltiplas possibilidades oferecidas pelas leituras feitas sobre a civilidade pôde contribuir para um modo de vida melhor à população dos grandes centros urbanos e, principalmente, para as famílias que vivem em situação de maior vulnerabilidade.**

Os Escritórios de Inclusão Social consideraram, em sua perspectiva metodológica, dentre muitos aspectos, **as relações urbanas, a convivência pacífica com a diversidade, seja ela racial, social, cultural, sexual e/ou econômica.** Trabalhou, ainda, nas intervenções que promoviam a integração e transformação das relações na cidade em um novo espaço de sociabilidade, atuando com empregabilidade, sustentabilidade, diversidade, informação, cultura e formação.

Toda estratégia de implementação foi participativa e a construção do conhecimento ocorreu a partir das demandas e das vivências dos participantes. Nesta perspectiva, **a metodologia adotada possibilitou a todos os atores envolvidos maior liberdade de participação, exposição de pensamento e a efetiva construção de um conhecimento coletivo.**

A estratégia metodológica adotada possibilitou ao conjunto de participantes a maior liberdade de participação, exposição de pensamento e a efetiva construção de um conhecimento coletivo. Para tanto, criamos dinâmicas de grupo com os seguintes pressupostos: a) o estímulo a capacidade de criação dos participantes; b) o aumento da coesão; c) a construção coletiva; d) a desmistificação de tabus, preconceitos e; e) transformação da realidade individual e social. Nestas dinâmicas, foram incluídas algumas técnicas, tais como: análise e discussão de material jornalístico, exposições dialogadas, seminários, análise de gráficos e tabelas, e sistematização de ideias com técnicas de visualização.

As atividades visaram conectar os públicos aos serviços sociais governamentais e não-governamentais, bem como, promover qualificações profissionais e criar oportunidades de geração de renda e desenvolvimento econômico, além do atendimento social, psicológico e jurídico aos grupos socioeducativos. Também realizaram-se outras ações para a autonomia das mulheres, jovens, adultos e famílias, formando uma grande rede de proteção e inclusão social que impediu o processo de realização na região de abrangência.

*A experiência foi muito positiva por deixar evidente o esforço do projeto em integrar e articular estruturas institucionais e serviços.  
(Ângela Tonini, responsável pelo monitoramento do projeto)*



Desse modo, o projeto configurou-se em uma articulação de pessoas, organizações e instituições que compartilhavam uma causa comum, baseando-se em princípios igualitários, democráticos e solidários: “uma articulação política, uma aliança estratégica entre atores sociais (pessoas) e forças (instituições), não hierárquica, que tem na horizontalidade das decisões, e no exercício do poder, os princípios norteadores mais importantes” (Motti e Santos, 2011, p. 04).

## Atenção Psicossocial a famílias vítimas de chuvas em Santo André

Em 2011, na cidade de Santo André (SP), no ABC paulista, no bairro Jardim Santo André, as chuvas foram fortes e o número de famílias que ficou desabrigada ou sem condições de voltar as suas residências ultrapassou mais de duas mil. O bairro que recebe o nome da cidade possui dimensões generosas (1,5 milhão de metros quadrados), mas não é seu melhor cartão postal. Marcado por problemas habitacionais e por histórico de crimes que causaram grande repercussão, faz com que o morador do bairro se sinta esquecido e estigmatizado.

O projeto além de propor uma ação emergencial de forma intersetorial, objetivava intervenção psicossocial direta em 1.948 (um mil novecentos e quarenta e oito) famílias que foram vítimas das águas pluviais no Jardim Santo André. O projeto traz outra ótica do processo de realização que não está entre as principais causas da ida às ruas (drogas/alcoolismo, desemprego e problemas familiares): a necessidade de saída dos domicílios por fatores externos, no caso, os de circunstâncias naturais.

A partir das definições de seus princípios e diretrizes, **o projeto mobilizou um processo dialógico de apoiar e orientar as famílias em suas funções de proteção, socialização e cuidado de seus membros, promovendo a inclusão social e incentivando o protagonismo na superação de dificuldades associadas a riscos e vulnerabilidades.** Para tal, foi necessário conhecer os grupos, identificar suas necessidades e demandas, potencializando sua inclusão na rede de atendimento. Dessa maneira, era possível encaminhar e acompanhar cada caso por uma equipe de técnicos interdisciplinares para intervenções sociais, que apoiavam na remoção das famílias, inserindo-as em diversos benefícios que tinham direito – principalmente o do “Programa Aluguel Social”.

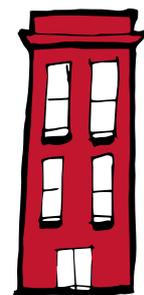
No prazo de noventa dias alcançamos resultados consideráveis: 1.492 famílias foram removidas das áreas de risco, passaram a viver em moradias seguras e iniciaram o recebimento de benefício pelo “Programa Aluguel Social”. Além disso, manteve-se o acompanhamento social de 118 famílias abrigadas em alojamentos provisórios, fortalecendo a sua autonomia para que pudessem buscar moradia definitiva até o fim do projeto – em 2012.

## Programa de Serviços e Atendimento Integral à Família

Reconhecendo toda a multiplicidade das famílias brasileiras e de seus arranjos internos, marcados historicamente pela diversidade de condições sociais, econômicas, culturais e éticas, a família está presente e permanece enquanto espaço privilegiado de socialização e exercício da cidadania.

Um vínculo familiar estável e o acesso a serviços públicos que visam o apoio efetivo às famílias constituem-se em fator decisivo na busca dos objetivos prioritários do desenvolvimento humano. Além desses, estão: a eliminação da pobreza, o acesso à saúde, à educação e à alimentação, a erradicação do trabalho infantil, a promoção da igualdade entre gêneros e a proteção integral de seus membros, das crianças adolescentes aos mais idosos.

*“O conceito de família é polissêmico, com vários sentidos e significados. No sentido mais restrito, ele se refere ao núcleo familiar básico. No sentido mais amplo, ao grupo de indivíduos vinculados entre si por laços consanguíneos, consensuais ou jurídicos, que constituem complexas redes de parentesco atualizadas de forma episódica por meio de intercâmbios, cooperação, solidariedade, com limites que variam de cultura, de uma região e classe social a outra”*  
(Tuirán, 2002, p. 25-65)



Programa de Serviços e Atendimento Integral à Família consistiu em um trabalho social com famílias, de caráter continuado no ano de 2010, com a finalidade de fortalecer a função protetiva delas, fortalecendo seus vínculos entre si e com a comunidade, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. Visando no desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias, o programa objetivava o acesso e usufruto de direitos, contribuindo na melhoria de sua qualidade de vida dos membros da família.

Participaram do programa famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social residentes nos territórios de abrangência dos CRAS. Em especial, o programa enfocou nos seguintes públicos:

- *Famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais;*
- *Famílias que atendiam os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não haviam sido contempladas;*
- *Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros;*
- *Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciavam situações de vulnerabilidade e risco social.*

Programa de Serviços e Atendimento Integral à Família consistiu em um trabalho social com famílias, de caráter continuado no ano de 2010, com a finalidade de fortalecer a função protetiva delas, fortalecendo seus vínculos entre si e com a comunidade, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. Visando no desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias, o programa objetivava o acesso e usufruto de direitos, contribuindo na melhoria de sua qualidade de vida dos membros da família.

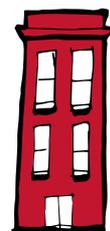
Participaram do programa famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social residentes nos territórios de abrangência dos CRAS. Em especial, o programa enfocou nos seguintes públicos:

## Plataforma dos Centros Urbanos (PCU)

Ser menino e menina, criança e adolescente, em um dos grandes centros urbanos brasileiros significa viver realidades muito distintas dentro de uma mesma cidade. No Brasil, 76% da população vive em áreas urbanas: essa concentração dá-se, majoritariamente, pela aglutinação de oportunidades e ainda pela oferta de uma rede mais completa de serviços públicos. Entretanto, ao olhar mais de perto, observamos que as grandes cidades guardam em seus interiores níveis de desigualdade assustadores, fazendo com que muitas crianças e adolescentes cresçam à margem das políticas públicas.

A Plataforma dos Centros Urbanos (PCU) foi uma iniciativa do UNICEF em parceria com CIEDS, Revista Viração e Instituto Paulo Montenegro desenvolvida (de 2009 a 2012) para promover os direitos das crianças e dos adolescentes mais afetados pelas desigualdades intramunicipais nas capitais brasileiras. O foco do programa foi a ampliação da qualidade de vida de todas as crianças e adolescentes dos municípios de São Paulo (SP) e Itaquaquecetuba (SP).

*“Reduzir as iniquidades nos grandes centros urbanos, contribuindo para que cada criança e cada adolescente que vive em comunidades populares tenham seus direitos protegidos, respeitados e garantidos esse é objetivo que perseguimos conjuntamente a UNICEF no contexto da Plataforma dos Centros Urbanos” (Vandré Brilhante, Diretor Presidente do CIEDS).*



Para alcance de seu objetivo, o projeto estimulou processos de mobilização social, articulação de rede, formação de jovens e implementação de ações locais. Estas ações relacionavam-se a seis principais eixos: saúde e meio ambiente, educação, sexualidade, violência, participação do adolescente e diversidade.

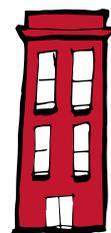
De tal modo, a iniciativa induziu o desenvolvimento local das comunidades envolvidas a partir do exercício dos direitos civis como caminho para a garantia dos direitos sociais, contando com a atuação do poder público municipal para incidir diretamente nas políticas públicas.

*“A ideia é organizar um conjunto de atividades na cidade para enfrentar as desigualdades que existem dentro da própria cidade, na educação, no acesso à saúde (...). Esse conjunto de atividades tem um importante eixo que é a participação dos jovens, que são os que mais sentem as consequências dessas desigualdades no seu cotidiano” (Mario Volpi, Coordenador de Programas do UNICEF).*



Ao longo da implementação do projeto, estruturou-se o denominado “Grupos Articuladores Locais”, que visavam que os sonhos dos jovens participantes saíssem do papel e ganhassem as ruas. Os Grupos foram descobrindo quais as melhores maneiras de dialogar com o poder público, buscando parcerias com organizações governamentais e privadas para viabilizar as ações que planejavam, além de organizarem eventos e realizarem mutirões e campanhas.

*“A construção do Plano de Ação é uma etapa fundamental para o alcance dos resultados esperados pela Plataforma. É através desta construção que os Grupos Articuladores se organizam, se fortalecem e estabelecem relações na comunidade, buscando sua implementação”, observa Claudia Frazão, funcionária do Cieds.*



Como parte da estratégia de articulação política da Plataforma dos Centros Urbanos, os Grupos Articuladores Locais realizaram uma série de reuniões com os subprefeitos da cidade de São Paulo. Durante os encontros, organizados pelo UNICEF e o CIEDS, os Grupos tiveram a oportunidade de apresentar seus Planos de Ação, elaborados com base nos resultados dos diagnósticos realizados em suas comunidades, bem como nas prioridades por eles definidas para melhorar as condições de vida de crianças e adolescentes. Juntos, os participantes iniciaram um diálogo definindo e implementando estratégias conjuntas pelos direitos de meninos e meninas.

No escopo da Plataforma dos Centros Urbanos, **o CIEDS teve papel decisivo: mobilizou e articulou diversas instâncias do poder público e da sociedade civil; fomentou o despertar do comprometimento dos atores locais, dos representantes do poder público, de organizações sociais e comunitários, de empresas e da mídia; estimulou o desenvolvimento das capacidades dos responsáveis pela implementação dos direitos das crianças e adolescentes que viviam em comunidades populares; criou oportunidades para que os adolescentes participassem ativamente na garantia de seus próprios direitos; monitorou e avaliou permanentemente a realidade de meninos e meninas das comunidades populares; e apoiou a certificações das comunidades populares.**

*“Percebi que nas atividades de formação da Plataforma eu aprendi mais do que usar os meios de comunicação. Elas me ajudaram a me desenvolver, saber chegar nas pessoas e conversar”  
(Alaíde Castelani, 17 anos, Adolescente Comunicadora).*



O projeto mobilizou mais de 1.000 lideranças comunitárias, representantes do poder público e adolescentes que participaram de 33 Fóruns Comunitários realizados na cidade de São Paulo, que por meio da estruturação dos Grupos Articuladores locais pensaram em caminhos e alternativas para o enfrentamento das questões sociais vivenciadas pelas famílias mais vulneráveis.

No que tange ao conjunto de metas estabelecidas foram atingidas 18 das 20 metas municipais, dentre as quais citamos: redução da distorção idade-série no Ensino Fundamental da Rede Municipal que passou de 11,19% em 2008 para 10,10% em 2010; ampliação do número de Conselhos Tutelares segundo população residente – de 37 para 44; ampliação do percentual de adolescentes de 16 e 17 anos cadastrados no Tribunal Regional Eleitoral que passou de 9.560 para 80.263 no período.

O ciclo de implementação da Plataforma dos Centros Urbanos seguia a seguinte ordem:

- *Estabelecimento da Parceria entre a UNICEF e o município;*
- *Elaboração de uma linha de base dos indicadores selecionados;*

- *Realização de formações com foco na promoção da participação cidadã de crianças e adolescentes e participação social nas políticas públicas;*
- *Promoção de Fóruns Territoriais;*
- *Estruturação dos Grupos Articuladores Locais;*
- *Elaboração do Plano de Ação Local;*
- *Implementação e Monitoramento das Ações; e*
- *Aferição de Resultados.*

A Plataforma dos Centros Urbanos estimulou o enfrentamento da redução das desigualdades, reconhecendo e valorizando as diferenças que compõem um centro urbano. Dessa forma, objetivou assegurar que todas e cada uma das crianças e dos adolescentes tivessem seus direitos garantidos e não fossem marginalizados nas ruas.

A 3ª edição da Plataforma, que vai de 2017 a 2020, está presente em dez capitais: Belém, Fortaleza, Maceió, Manaus, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, São Luís, São Paulo e Vitória. De acordo com o IBGE (2012), vivem nessas cidades quase 9 milhões de meninos e meninas de até 19 anos.

## Espaço de Acolhida e Fortalecimento de Vínculos Familiares

O projeto Espaço de Acolhida e Fortalecimento de Vínculos Familiares se caracterizou como uma estratégia de atendimento psicossocial às famílias de usuários de substâncias psicoativas entre os anos de 2013 e 2014 no Estado de São Paulo, por meio de parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDS) e Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS-Capital).

*O desenho de uma estratégia de atenção integral às famílias de usuários de substâncias psicoativas.*



Teve início em abril de 2013, no bairro da Bela Vista, São Paulo, ofertando atendimento psicossocial para famílias de usuários de drogas que buscavam orientações e encaminhamentos especializados. O projeto atuou com famílias que possuíam membros em situação de rua, ou não.

Seus objetivos foram:

- ***Construir ferramentas em conjunto para que as famílias compreendessem seu papel na prevenção e no tratamento da dependência de drogas;***
- ***Fortalecer os vínculos familiares para que essas estivessem preparadas para acompanhar o tratamento do seu familiar;***
- ***Reconstruir os vínculos familiares, ou até mesmo nomear em conjunto os rompimentos desses vínculos familiares.***

A metodologia utilizada partiu dos preceitos e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e foi alinhada às metas intersetoriais de diferentes políticas públicas, priorizando a participação e atuação protagonista das famílias, com foco em seu acolhimento e fortalecimento de vínculos.

Durante os quase dois anos de implementação do projeto foram atendidas aproximadamente 800 famílias de usuários de drogas. A porta de entrada eram os grupos de acolhimento, ou atendimentos individuais, conduzidos por dois técnicos: 01 assistente social e 01 psicólogo, objetivando oferecer acolhimento imediato às famílias que chegassem ao Espaço de Acolhida.

O projeto construiu ferramentas e articulou estratégias para que os familiares de usuários de drogas compreendessem seu papel na prevenção e no tratamento da dependência de droga, fortalecendo e reconstruindo vínculos familiares de forma não invasiva. Além disso, oferecia espaço para a reflexão de distintas temáticas, relacionadas ao fenômeno das drogas ou não.

O projeto contribuiu, ainda, no fortalecimento de elos e vínculos, para que as famílias estivessem melhor preparadas para acompanhar o tratamento de seus familiares de maneira saudável e mais protegida, impedindo ou diminuindo o processo de ida às ruas por esses usuários.

**Dentre as estratégias utilizadas destacamos o Plano Individual de Atendimento e Desenvolvimento Familiar.** As famílias que chegavam ao Espaço de Acolhida traziam, em sua maioria, um sentimento de emergência. Geralmente, essas famílias repetiam ciclos de exclusão e, num momento de maior desorganização, a urgência de suas privações parecia exigir soluções milagrosas dos profissionais, de modo que o desafio foi, junto com os familiares, procurar entender o contexto, diagnosticar os maiores problemas e planejar encaminhamentos.

No decorrer do projeto, salientamos a dificuldade em solicitar a esse familiar que parasse para refletir em meio a uma crise. Mas, foi essa pausa que possibilitou que analisasse a sua trajetória e a de sua família. Dessa maneira, pôde-se avaliar as possibilidades existentes e suas opções, proporcionando o rompimento de práticas cristalizadas somado a indicação de novos modos de agir e reagir.

Na construção do Plano Individual de Atendimento e Desenvolvimento Familiar, o trabalho foi o de identificar as fraquezas e fortalezas da família – construindo horizontes e caminhos alternativos possíveis. Cada familiar construiu seu próprio plano estratégico, tendo o apoio da equipe técnica do projeto Atendimento Familiar, dimensionando resultados desejados, no seu tempo e capacidade.

*“Consegui dar um passo para frente,  
eu estava indo para trás”  
(Madalena, mãe de usuário).*



**Esse conjunto de estratégias contribuiu significativamente para a melhoria da qualidade de vida dos usuários em recuperação, para a superação de situações de fragilidade social vivenciadas, além do fomento da inserção das famílias atendidas na rede pública de proteção social e assistencial.**

A estruturação de uma metodologia capaz de atender ao emergencial e intervir para mudanças de longo prazo, por meio da atuação em corresponsabilidade, foi um desafio assumido pública e juridicamente pelo CIEDS que deu condições para que as ações garantissem a emancipação das famílias atendidas, atuando diretamente em uma das principais causas da ida às ruas: as drogas.

O Espaço de Acolhida e Fortalecimento de Vínculos Familiares caracterizou-se como uma exitosa experiência em assistência social e também como um serviço estratégico intersetorial de intervenção entre famílias com maior grau de vulnerabilidade, estabelecido como parte primordial da intersetorialidade das políticas.

O projeto, que recebeu o 3º lugar na categoria Proteção Especial de Média Complexidade do Prêmio de Inovação Social do Estado de São Paulo em 2014, veio comprovar, por via de sua metodologia viva, que há a necessidade de espaços de atendimentos – sociais e psicológicos – que coloquem as drogas entre parênteses, e se dê a atenção integral à família. Dessa maneira, possibilita-se ao familiar que, no seu tempo subjetivo, adquira habilidades que aumentem o seu universo simbólico, podendo compreender seu papel na produção do adoecimento deste membro ou, ainda, seu papel na prevenção deste adoecimento, entendido aqui como abuso do uso de substâncias psicoativas: as drogas.

# SISTEMATIZAÇÃO DA METODOLOGIA DE TRABALHO COM POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Hoje, uma das principais estratégias sociais desenvolvidas para intervir com a situação de rua é a abordagem social (Brasil, 2009). Institucionalizada como prática no campo da Assistência Social, esse tipo de intervenção está contido na proteção especial de média complexidade, mesclando elementos da pedagogia e de intervenções socioassistenciais.

Desse modo, o serviço de abordagem social, inserido em um sistema de cuidado, estabelece relações e processos que visam aproximar os indivíduos com as pessoas que atuam em projetos ou programas sociais. Logo, a informalidade do vínculo e o apoio emocional pautam a relação (próxima) com o trabalhador social, em que é possível haver reciprocidade nas relações interpessoais (Bronfenbrenner, 2005 apud Flinker et. al, 2017).

Importa destacar aqui, que em nossa perspectiva, não há métodos prontos ou fórmulas para o enfrentamento da questão: existem pistas nesse sentido, mas as soluções precisam ser construídas considerando-se os contextos locais e, especialmente, a participação e o engajamento dos públicos. Desse modo, é possível a garantia de que as ações realizadas façam sentido para as pessoas que vivem em situação de rua.

A descrição das intervenções geradas pelo CIEDS nos projetos relatados nessa publicação demonstra a escuta e cuidado estabelecido entre esse indivíduo e o trabalhador social/equipe técnica. Este ator tem sua ação pautada em mudar a realidade daquela população a partir de uma relação de confiança entre as partes utilizando, muitas vezes, a informalidade para haver abertura e divisão dos problemas sentidos. Essa ação remete-se ao apoio social emocional que os projetos ofereceram a esses indivíduos, por meio do vínculo gerado em conversar sobre a situação da vida deste indivíduo, buscando uma solução aos seus problemas.

Dessa maneira, nossas experiências apontam que gerar **vínculo de confiança** é uma etapa fundamental na metodologia de um projeto social dessa temática, concebido a partir do diálogo e da escuta. **Com base no estabelecimento de vínculos de confiança, é possível fortalecer relações existentes, bem como, consolidar novas, além da criação de uma rede de apoio entre o indivíduo e suas redes sociais: famílias, equipes técnicas dos projetos, poder público, entre outros.**

O **Programa de Serviços e Atendimento Integral à Família** evidencia essa ação, pois teve um trabalho continuado com ações de caráter preventivo, protetivo e proativo com famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, tendo a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida.

Outro projeto que se relaciona com essa estratégia foi o **Atenção Psicosocial à famílias vítimas de chuvas em Santo André**, responsável por promover um **processo dialógico de apoio e orientação às famílias** vítimas águas pluviais no Jardim Santo André (Santo André, SP) tendo em vista as funções de proteção, socialização e cuidado de seus membros, além da defesa da inclusão social e do protagonismo na superação de dificuldades associadas a riscos e vulnerabilidades.

Além da construção de vínculos de confiança, com a análise dos projetos fica evidente que é necessária uma **estratégia de implementação participativa e articulada conjuntamente** em diversos níveis de governo, impulsionando a intersetorialidade, bem como, integrar no processo de execução das ações o público-alvo (em toda sua diversidade), suas redes de apoio e os responsáveis pela implementação dos projetos. Dessa maneira, há o fortalecimento da cidadania dessa população.

O projeto **Escritórios de Inclusão Social** evidencia esse processo, pois configurou-se como uma articulação de pessoas, organizações (governamentais e não-governamentais) e instituições visando oportunidades de geração de renda e desenvolvimento econômico, atendimento social, psicológico e jurídico, formação de grupos socioeducativos, e promoção de qualificação profissional.

Outro projeto que possui metodologia participativa foi o **Plataforma dos Centros Urbanos (PCU)** – uma iniciativa do UNICEF que visou ampliar a qualidade de vida de todas as crianças e adolescentes em São Paulo e Itaquaquecetuba. Para alcançar esse objetivo, o projeto estimulou processos de mobilização social, **articulação de rede**, formação de jovens e implementação de ações locais. Seguindo eixos estruturantes (saúde e meio ambiente, educação, sexualidade, violência, **participação do adolescente** e diversidade), a implementação do PCU consistiu em, após o estabelecimento da parceria entre a UNICEF e o município, elaborar uma linha de base dos indicadores selecionados e realizar formações com **foco na promoção da participação cidadã**. A partir disso e da promoção de Fóruns Territoriais, estruturaram-se os Grupos Articuladores Locais, utilizando Plano de Ação Local para implementação e monitoramento das ações e, por fim, a aferição de resultados.

Com a capilaridade da implementação de projetos para população em situação de rua, é possível evidenciar essas **duas estratégias ocorrendo em um mesmo projeto**, ou seja, haver a criação e consolidação de vínculos de confiança junto a promoção de processos participativos na execução das ações previstas.

Tal estratégia dupla foi instituída no projeto **Atenção Urbana**, que visou a construção de um projeto de vida fora das ruas em que houvesse a **participação do sujeito**. Sua execução ocorreu por meio de três etapas: desenvolvimento de um conjunto de estratégias com foco na construção de **vínculos de confiança** entre as equipes técnicas e a população de rua; elaboração de planos de desenvolvimento individual dos públicos atendidos; e estabelecimento de rotinas de acompanhamento coletivo desses planos de desenvolvimento, criando novas redes de afeto.

Além disso, o projeto **Espaço de Acolhida e Fortalecimento de Vínculos Familiares** evidencia as duas estratégias expostas em sua execução. O projeto foi uma estratégia de atendimento psicossocial às famílias de usuários de substâncias psicoativas, entre os anos de 2013 e 2014 no Estado de São Paulo. Utilizando as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, bem como, estando alinhado às metas intersetoriais de diferentes políticas públicas, o projeto visou a **construção de ferramentas (conjuntas) para que as famílias compreendessem seu papel na prevenção e no tratamento** da dependência de drogas; o **fortalecimento de vínculos familiares para que essas** estivessem preparadas para acompanhar o tratamento do seu familiar; e reconstrução do conjunto de rompimentos dos vínculos familiares.

Assim, evidenciamos a complexidade em atuar com população em situação de rua no estado de São Paulo, em que são necessárias diversas ações que garantam qualidade de vida e cidadania desses indivíduos. A ida e consequente permanência nas ruas, justificada, principalmente, por problemas de alcoolismo e/ou drogas, desemprego, e desavenças familiares indica que o processo de

rualização é muito maior que a pobreza: **a população em situação de rua é uma camada excluída de uma sociedade desigual.**

Nesse sentido, ações que impedem ou atenuam o processo de ida às ruas, como as relatadas nos projetos do CIEDS, consolidam e garantem os direitos básicos da população. Nos projetos, evidencia-se a ação do CIEDS em atuar em rede e de maneira intersetorial, unindo e integrando esforços de atendimentos e de políticas para população de rua.

Para um público cada vez mais amplo – o das populações em situação de rua – os direitos humanos só ocorrem quando envolvem, de fato, no desenho de suas estratégias, a comunidade, os grupos, os movimentos sociais, organizações da sociedade civil e instituições que vêm sendo diretamente impactadas e integradas na construção coletiva. Desse modo, não é apenas assumir a situação de rua como violação dos direitos humanos, é necessário avançarmos em uma luta que visibilize a assimetria de forças, com abordagens mais humanas, voltadas ao cuidado e à ação intersetorial.

Atuar com população em situação de rua exige esforços conjuntos, novas intervenções e articulações, especialmente, em serviços de abordagem social. Metodologias qualitativas que versem sobre diversas instâncias de participação, bem como, criação de vínculos favorecem o trabalho com esses indivíduos; portanto, possibilitam a construção de sentidos diante de uma realidade complexa, seja para os usuários, gestores, ou equipes técnicas.

Por fim, para planejar ações na área é necessário lutar contra estigmas, preconceitos, propor alternativas, promover movimentos descentralizadores, interagir e se comunicar com os territórios, identificar interfaces e maximizar os recursos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abranches, Sérgio (1994). Política social e combate à pobreza: a teoria da prática. In: Abranches, S.; Santos, W.G e Coimbra, M.A. Política social e combate à pobreza. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 3ª edição.

Bellenzani, R.; Malfitano, A. P. M. (2006). Juventude, vulnerabilidade social e exploração sexual: um olhar a partir da articulação entre saúde e direitos humanos. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 115-130.

Brasil. Congresso Nacional (1990). Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Portal da legislação – governo federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 26 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2006). Relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua. SNAS, SAGI. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/S103%20-%20relatorio\\_pop\\_ rua.pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/S103%20-%20relatorio_pop_ rua.pdf)>. Acesso em: 26 mai. 2018.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2008a). Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília: MDS,. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/Rua\\_aprendendo\\_a\\_contar.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf)>. Acesso em: 20 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2008b). Política Nacional de inclusão social da população em situação de rua, 25p. Disponível em <<http://www.recife.pe.gov.br/noticias/arquivos/2297.pdf>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2009). Tipificação nacional de serviços socioassistenciais. Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf)>. Acesso em 01 jun. 2018.

Scorel, Sarah (1999). *Vidas ao Léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Fio Cruz.

Esquinca, Michelle M. Méndez (2013). Os deslocamentos territoriais dos adultos moradores de rua nos bairros Sé e República. Dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, 2013.

Ferreira, F. P. M.; Machado, S. C. C. (2007). Vidas privadas em espaços públicos: os moradores de rua em Belo Horizonte. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Editora Cortez, n. 90, ano XXVII.

Finkler, Lirene; Dell'aglio, Débora Dalbosco; Yunes, Maria Ângela Mattar (2017). A metodologia da abordagem social de rua na perspectiva de usuários adolescentes. *Psicol. pesq.*, Juiz de Fora, v. 11, n. 2, p. 22-32, dez.

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) (2015). Pesquisa Censitária da População em Situação de Rua, Caracterização Socioeconômica da População Adulta em Situação de Rua e Relatório Temático de Identificação das Necessidades desta População na Cidade de São Paulo. São Paulo: Secretaria de Assistência Social.

Hino, Paula; Santos, Jaqueline de Oliveira; Rosa, Anderson da Silva (2018). Pessoas que vivenciam situação de rua sob o olhar da saúde. Rev. Bras. Enferm., Brasília, v. 71, supl. 1, p. 684-692.

Kaztman, R. (1999). La dimensión espacial en las políticas de la superación de la pobreza urbana. Montevideo: mimeo.

Leal, G. F (2011). Exclusão social e ruptura dos laços sociais: análise crítica do debate contemporânea. Florianópolis: Ed. da UFSC.

Motti, Antônio José Ângelo; Santos, Joselino (2011). Redes de Proteção Social à criança e ao adolescente: limites e possibilidades, in Material Didático – PAIR – Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infatojuvenil no Território Brasileiro. Disponível em: <[http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem\\_pedagogica/fev\\_2014/NRE/redes\\_protecao\\_social.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2014/NRE/redes_protecao_social.pdf)>. Acesso em: 19 jun. 2018.

Sen, Amartya (2000). Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras.

Silveira, Maria Laura (2005). Por que há tantas desigualdades sociais no Brasil? Um panorama da riqueza e da pobreza brasileira. In: Albuquerque, Edu (org.). Que país é Esse? São Paulo. Editora Globo. pp. 141-178.

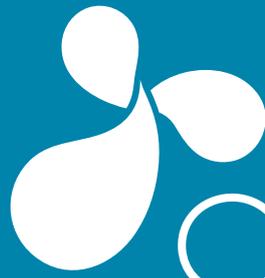
Snow, David; Anderson, Leon (1998). Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua. Petrópolis: Vozes.

Sposati, Aldaísa (1998). Exclusão social abaixo da linha do Equador. Texto da apresentação no seminário sobre exclusão social realizado na PUC/SP.

Tuirán, R (2002). Estructura familiar y trayectorias de vida en Mexico. In: GOMES, C. (Comp.). Procesos sociales, población y familia: alternativas teoricas y empiricas en las investigaciones sobre la vida domestica. Mexico: Miguel Angelo Porrúa.







# CIEDS

